

A DEMANDA DAS HABILIDADES SOCIAIS NO CONTEXTO FAMILIAR E ESCOLAR

¹Cintia Pinha Geraldini

²Juliana Rocha Adelino Dias

Resumo

A escola e a família constituem dois contextos de desenvolvimento fundamentais para o desenvolvimento e trajetória do indivíduo. Neste artigo, são destacadas as contribuições desses contextos para a promoção do desenvolvimento humano, e suas implicações nos processos educacionais. Serão abordadas as configurações sobre os vínculos familiares e a importância da rede de apoio para o pleno desenvolvimento das habilidades sociais. Apontam-se algumas considerações do profissional da psicopedagogia e sua atuação no favorecimento da aprendizagem. Existe a necessidade de se compreender a inter-relação entre a escola e a família, para facilitar a aprendizagem e o desenvolvimento humano. A integração entre esses dois contextos é destacada como um desafio para a prática profissional do psicopedagogo.

Palavras-Chave: Psicopedagogia, Habilidades sociais, Família.

Abstract

The school and the family are two developmental contexts essential to the development of the individual and trajectory. In this article we highlighted the contribution of these contexts for the promotion of human development, and its implications in educational processes. Settings will be discussed family bonds and the importance of the support network for the full development of social skills. Point out some considerations of professional educational psychology and its performance in fostering learning. There is a need to understand the interrelationship between the school and the family, to facilitate learning and human development. The integration between these two contexts is a challenge for the professional practice of educational psychologist.

¹ Graduada em Pedagogia e concluinte do curso de pós-graduação em Psicopedagogia pela FALS, Praia Grande, SP. E-mail: cintia.pinha@yahoo.com.br

² Mestre em Educação e Orientadora da pós-graduação em Psicopedagogia pela FALS, Praia Grande, SP. E-mail: juliana.dias@me.com

Keywords: Psychoeducation, Social skills, Family.

Introdução

A psicopedagogia pode ser entendida como uma prática dinâmica ao se levar em consideração a relação terapeuta e paciente, o processo de acompanhamento, os recursos utilizados nas sessões, as necessidades que possuem o paciente, enfim, uma gama de conhecimentos referentes ao contexto interno e particular de cada acompanhamento. Como também, é possível verificar a dinamicidade dessa área do conhecimento ao se observar as diferentes concepções teóricas que constituem os saberes psicopedagógicos (Rubinstein, 1999, p.10). Uma vez que, a psicopedagogia recorre a contribuições de áreas como a psicologia, a psicanálise, a pedagogia, a filosofia, a linguística e a neurologia BOSSA (2011). Todos esses conhecimentos contribuem para o melhor entendimento processos de desenvolvimento e aprendizagem, não só em relação ao aluno, mas também com as pessoas envolvidas.

Todavia, é importante reconhecer que os aprendentes antes de chegarem à escola já vivenciaram muitas outras situações sociais, com amigos, igrejas, clubes, família. Por isso, a importância de se reconhecer a contribuição destes contextos para promover o desenvolvimento humano e social, sobretudo em âmbito escolar. E no presente estudo será focalizada a escola e a família, pois esses dois contextos são fundamentais ao desenvolvimento integral dos indivíduos, inclusive no que tange as habilidades sociais.

Quando o tema trata de habilidades sociais, é comum pensar no indivíduo adulto interagindo no ambiente de trabalho ou nas relações sociais cotidianas, no entanto a questão das habilidades sociais está presente a partir do nascimento na dinâmica familiar e perpassa toda a vida do indivíduo, embora em cada época diferente da vida seja requisitado ajustamentos (DEL PRETE; DEL PRETE; 2011 e DIAS 2013).

Portanto, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a prática da psicopedagogia considerando as implicações destas habilidades no contexto familiar e sua repercussão no ambiente escolar. Por isso, esse estudo justifica-se pela oportunidade de ampliar o conhecimento sobre o tema, de maneira a informar professores, gestores, psicopedagogos

e pais sobre as necessidades relacionadas à melhoria da aprendizagem e, assim, auxiliá-los no delineamento de práticas pedagógicas e psicopedagógicas.

Psicopedagogia - Breve Histórico

A Psicopedagogia surge na França, por volta do século XIX, época marcada por ideais Iluministas, período rico em descobertas e reflexões pedagógicas e psicológicas, ao mesmo tempo, marcado pela tristeza e pelo drama causado na guerra em muitos países da Europa. Médicos e educadores da época movidos pelo interesse comum de compreender e resolver os problemas de aprendizagem em crianças portadoras de deficiências mentais, físicas, sensoriais e outros distúrbios ligados ao desenvolvimento global reuniram-se para estudar e discutir esses temas, assim, deu-se a origem das bases primitivas da Psicopedagogia. Os principais representantes desse grupo de estudiosos eram: Jean Itard, Johan Heinrich Pestalozzi, Édouard Seguin Esquirol, Friedrich Froebel, Wilhelm, Wundt, Maria Montessori, Ovide Decroly, Janine Mery, George Mauco (ANDION, 2010). Esses teóricos estavam preocupados com o desenvolvimento humano, com o enfoque no orgânico dos processos de aprendizagem e suas dificuldades. Eles construíram uma base sólida para as Ciências que irão sustentar o corpo teórico da nova que viria a surgir, a Psicopedagogia.

A Psicopedagogia é uma das áreas de estudos que atua na Saúde e na Educação, na busca da compreensão do processo ensino-aprendizagem, para refletir e atuar nas respectivas dificuldades oriundas desse processo (ANDION, 2010). Contudo, conforme aponta Mery (1985), a partir de 1946 foram fundadas e chefiadas por J. Boutonier e George Mauco os primeiros centros psicopedagogos. Nesses centros buscava-se unir o conhecimento advindo da psicologia, da psicanálise e da pedagogia para tratar comportamento socialmente inadequado de crianças, tanto na escola como no lar, objetivando sua readaptação.

Segundo Mauco (1950, p. 5), os fundadores do primeiro centro procuravam como já havia sido proposto entre 1920 e 1928, utilizar os conhecimentos oriundos da Psicologia, da Psicanálise e da Pedagogia, em auxílio das crianças que tivessem dificuldades de comportamento, tanto na escola como na família, com a intenção de obter, na medida do possível, a sua readaptação por meio de um acompanhamento

psicopedagógico, de maneira a favorecer a convivência da criança com o seu meio familiar e escolar. Por meio dessa cooperação Psicologia-Psicanálise-Pedagogia, esperava-se adquirir um conhecimento total da criança e do seu meio, o que tornaria, provavelmente, possível a compreensão do caso em profundidade. Assim, a ação reeducadora poderia ser determinada e prevista de acordo com a orientação e a gravidade do distúrbio da criança. Podemos observar, então, que a base teórica e prática da psicopedagogia são fundamentadas nas contribuições das ciências citadas acima e é, ainda hoje, objeto de estudos de novas pesquisas.

Na continuidade da história da psicopedagogia, chegamos à Argentina. De acordo com Fernandes (1991), a graduação em psicopedagogia surgiu há mais de 30 anos na Argentina, sendo quase tão antiga quanto à carreira da Psicologia, criada na Universidade de Buenos Aires. Na prática, as atividades psicopedagógicas iniciaram-se antes da criação do próprio curso. Profissionais que possuíam outra formação- como, por exemplo, formação em filosofia, entre eles Sara Paín – viram a necessidade de ocupar um espaço que não podia ser preenchido pelo psicólogo nem pelo psicopedagogo. Desta maneira, começaram a realizar estudos com o objetivo de resolver fracassos escolares. Trabalhavam-se as funções egóicas, como memória, percepção, atenção, motricidade e pensamento, medindo se os déficits e elaborando se planos de tratamento que objetivavam vencer essas faltas. Conforme afirmação do brasileiro Sérgio da Silva (1991, p.3), a proposta da psicopedagogia veio da Argentina. Como nas primeiras décadas do XIX os psicólogos argentinos não tinham permissão de clinicar, a educação surgiu para eles como uma área efetiva de trabalho. Ainda segundo o autor, dedicação desses profissionais relacionadas ao problema de aprendizagem resultou em metodologia específica que deu origem a atual psicopedagogia.

Conforme afirma o professor Lino de Macedo, a Psicopedagogia é uma (nova) área de atuação profissional busca uma identidade e requer uma formação de nível interdisciplinar (o que já é sugerido no próprio termo Psicopedagogia), (1992, p. 8). Para compreender um pouco melhor a conceituação da Psicopedagogia, recorreu-se a algumas definições nesse tema.

De acordo com Muller *apud* BOSSA (2011):

[...]o objetivo do tratamento psicopedagógico é o desaparecimento do sintoma e a possibilidade de o sujeito aprender normalmente em condições melhores, enfatizando a relação que ele possa ter com a aprendizagem, ou seja, que o sujeito se perceba como agente da sua própria aprendizagem e que se aproprie do conhecimento. Para Muller , a psicopedagogia é uma disciplina na qual encontramos a influencia do psicológico, a subjetividade, os seres humanos, social e cultural. A autora, ainda, acrescenta que a psicopedagogia [...] implica uma síntese: os seres humanos, seu mundo psíquico individual e grupal, em relação à aprendizagem e aos sistemas e processos educativos (p.61).

Visca (1987) relata que psicopedagogia inicialmente foi uma ação subsidiária da medicina e da psicologia, mas que, contudo, perfilou-se como um conhecimento independente e complementar, possuída de um objeto de estudo - o processo de aprendizagem e de seus recursos diagnósticos, corretores e preventivos.

Para Scoz *apud* BOSSA (2011):

[...]a psicopedagogia é uma área que estuda e lida com o processo de aprendizagem e suas dificuldades. Para ela, em uma ação profissional, devem existir vários campos do conhecimento, integrando-os e sistematizando-os. Por isso, a psicopedagogia é uma nova área de atuação profissional que busca uma identidade e que requer uma formação de nível interdisciplinar (p.61).

Esses diversos sentidos conferidos à psicopedagogia nos falam de um novo todo que se está estruturando, cuja identidade se encontra ainda em processo de maturação (BOSSA, 2001, p.61). Conforme afirma o professor Lino de Macedo (1992, p. 8) a psicopedagogia é uma nova área de atuação profissional que tem, ou melhor, busca uma identidade e que requer uma formação de nível interdisciplinar (o que já é sugerido no próprio termo psicopedagogia).

No decorrer do tempo, a psicopedagogia desenvolveu sua própria identidade, assim como seu campo teórico e prático em inter-relação com outras áreas como psicologia, neuropsicologia, pedagogia, linguística, entre outras. Portanto, a intervenção psicopedagógica conta com a colaboração de outros profissionais quando necessário, o que resulta em muitos casos com o trabalho de uma equipe multidisciplinar.

Uma intervenção psicopedagógica visando o desenvolvimento de habilidades sociais parte de uma avaliação diagnóstica para identificar a dificuldade do indivíduo, ao final desta avaliação torna-se possível definir o tipo de intervenção mais apropriada. Nos casos indicativos de Treinamento de Habilidades Sociais, a avaliação subsequente deve refinar as informações sobre o desempenho social do cliente.

Habilidades sociais – Família e escola.

O termo habilidades sociais refere-se à existência de diferentes classes de comportamentos sociais no repertório do indivíduo para lidar de maneira adequada com as demandas das situações interpessoais.

No contexto familiar e escola, as crianças iniciam o desenvolvimento de habilidades sociais junto com a ampliação do conhecimento sobre diferentes papéis que fazem parte do amplo quadro da vida social (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 1999). A família é o seu primeiro grupo social, é o local em que a criança inicia o processo de aprendizagem de convívio social. A escola tem, funcionalmente, várias semelhanças com o ambiente familiar no processo de socialização do indivíduo. Pois, as duas instituições são espaços em que se reproduzem o que acontece na sociedade em geral. A sociedade predetermina papéis que se tornam aceitos como verdadeiros e normatizados por gerações.

É no contexto familiar que a criança desenvolve as habilidades sociais, geralmente, mediada pelos pais. Desde o nascimento, a criança expressa uma série de emoções através dos canais de comunicação verbal (choro) e a não verbal (movimento do corpo, mãos e face). O canal não verbal torna-se, algumas semanas após o nascimento da criança, cada vez mais elaborado e ela passa utilizar outros recursos comunicativos (sorriso, o olhar e a postura) modelados pelos pais e outros cuidadores. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2011).

Os laços afetivos asseguram o apoio psicológico e social entre os membros familiares, ajudando no enfrentamento do estresse provocado por dificuldades do cotidiano (OLIVEIRA; BASTOS, 2000). Contudo, os padrões de relações familiares relacionam-se intrinsecamente a uma rede de apoio que possa ser ativada, em momentos críticos, fermentando o sentimento de pertença, a busca e atividades compartilhadas.

Quando a criança ingressa na escola, ela constrói novos conhecimentos ampliando sua compreensão social. As relações com os colegas da mesma idade, mais velhos ou amigos mais novos são essenciais nesse processo. Os jogos, as brincadeiras e conflitos são experiências muito significativas para a compreensão da organização social, a

aprendizagem de regras, a identificação de habilidades associadas a diferentes papéis e, portanto para o desenvolvimento da competência social. As demandas do contexto escolar e do grupo de companheiros induzem também ao raciocínio pró-social e moral e à tomada de perspectiva que constituem uma base importante para o desenvolvimento de muitas habilidades sociais. (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2011).

Portanto, é possível afirmar que os contextos escolar e familiar são determinantes no processo da construção de conhecimento, desta forma as experiências são oriundas da vivência familiar e servem como mediadoras para o desenvolvimento de Habilidades Sociais.

A influência da dinâmica familiar na aprendizagem

Segundo Kreppner *apud* DESSER e POLONIA (2007):

A família é vista como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades. A família tem, portanto, um impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, especialmente nas crianças, que aprendem ao observar, e as diferentes formas de existir, de observar e interpretar o mundo e construir suas relações sociais (p.2).

Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de seu grupo. A família é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva.

No ambiente familiar, a criança aprende a administrar e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais, a lidar com as diversidades da vida. Essas habilidades sociais e sua forma de expressar, inicialmente desenvolvidas no âmbito familiar, têm repercussões em outros ambientes com os quais a criança, o adolescente ou mesmo o adulto interagem, acionando aspectos salutaros ou provocando problemas e alternando a saúde mental e física dos indivíduos (Del Prette & Del Prette, 2001).

Segundo Eisenberg & Cols *apud* DESSER e POLONIA (2007):

As relações afetivas formadas dentro do núcleo familiar, particularmente entre pais e filhos, podem ser aspectos desencadeadores de um desenvolvimento saudável e de padrões de interação positivo que possibilitam o ajustamento do indivíduo aos diferentes ambientes que ele participa. Por exemplo, o apoio parental, em nível cognitivo, emocional e social, permite à criança desenvolver repertório saudável para enfrentar as situações cotidianas (p.4).

No entanto, Booth, Rubin & Rose-Krasnor *apud* DESSER e POLONIA (2007), citam que: “Por outro lado esses laços afetivos podem dificultar o desenvolvimento, provocando problemas de ajustamento social (p.4).

As figuras parentais exercem grande influências na construção dos vínculos afetivos, da autoestima, autoconceito e, também, constroem modelos de relações que são transferidas para outros contextos e momentos de interação social (Vollng & Elins, 1998). O exemplo disso são os pais punitivos e coercitivos podem provocar em seus filhos comportamentos de inseguranças, dificuldades de estabelecer e manter vínculos com outras crianças, além de problemas de risco social na escola e na vida adulta. Boot e cols (1998) investigam o apoio social e emocional de mães e de outras pessoas envolvidas com a criança e suas repercussões na adolescência e vida adulta. Eles observaram que a qualidades da relação mãe-criança é transferida, posteriormente, para outra relação interpessoal, na escola e no grupo de amigos. Paralelamente, identificaram que a qualidades da relação com os pares e amigos podem compensar a baixa qualidade de interação com as mães.

Dell Aglio e Hutz (2002) comparam estratégias de enfrentamento entre crianças institucionalizadas e as que vivem com suas famílias e não encontram diferenças nas buscas nas de busca de apoio social e ação agressiva. Segundo os autores, muitas vezes, as instituições têm condições físicas, materiais e organizacionais e contam com profissionais e rotinas que estabelecem uma rede social de apoio forte e adequada. Portanto, o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento apropriadas é influenciado pela qualidade das relações afetivas, coesão, segurança, ausência de discórdia e organização, quer na família ou na instituição.

Segundo Dessen & Pereira- Silva *apud* DESSER e POLONIA (2007):

Frente aos problemas e desafios enfrentados por muitas famílias e sem uma rede de apoio social adequada, que possa promover a superação dos conflitos, do estresse e que possa estabelecer uma dinâmica familiar favorável, as famílias podem desenvolver padrões relacionamentos disfuncionais, como: maus tratos às crianças, violência intrafamiliar, abuso de substâncias, conflitos. Nesses casos, as instituições públicas ou privadas, inclusive a escola, têm um papel importante ao disponibilizar apoio, direto ou indireto, por meio de programas de educação familiar ou de elaboração de políticas públicas para a promoção da saúde. Devendo considerar os fatores de estresse e estimular a formação de redes de apoio social, seja na comunidade ou nos centros de atendimentos à população ou nas escolas, já que esta ocupa um lugar de destaque nas sociedades contemporâneas (p.4).

Os processos de desenvolvimento e seus impactos na pessoa são necessários se focalizar tanto no contexto familiar quanto no escolar e suas inter-relações (DESSEN e POLONIA, 2005). É importante resaltar que a família e a escola são ambientes de desenvolvimento e aprendizagem humana que podem funcionar como propulsores ou inibidores. Estudar as relações em cada contexto e entre eles constitui fonte importante de informação, na medida em que permite aspectos ou condições que geram conflitos e ruídos nas comunicações e, conseqüentemente, nos padrões de colaboração entre eles. É importante observar como professores empregam as experiências que os alunos tem em casa, é indispensável que a escola conheça e saiba como utilizar as experiências de casa para agir as competências imprescindíveis ao letramento.

Marques (2001) enfatiza também a importância das tarefas desempenhadas em sala de aula que favorecem as formas superiores de pensar e aprender, tais como memória seletiva, criatividade, raciocínio abstrato, pensamento lógico, tendo o professor uma função predominante nesta mediação.

No entanto, o uso de estratégias deve ser adaptado às realidades distintas dos alunos e professores, às demandas da comunidade e aos recursos disponíveis, levando em conta as condições e peculiaridades de cada época ou momento histórico. Neste sentido, é importante identificar as condições evolutivas dos segmentos: professores, alunos, pais e comunidades no âmbito da escola.

A psicopedagogia como elo entre os assuntos acima apresentados.

O trabalho do psicopedagogo implica em entender a situação de aprendizagem do sujeito, tanto individualmente quanto em grupo, dentro do seu próprio contexto. Essa

compreensão requer uma modalidade particular de atuação para a situação em estudo, o que significa que não um manual predeterminado. Bossa (2011) define essa característica como configuração clínica da prática psicopedagógica. Cada situação é única, e necessita dos profissionais atitudes específicas em relação a cada situação, isto é, cada indivíduo e seu caso específico, seja no espaço da clínica ou da instituição; o trabalho do psicopedagogo assume essa configuração clínica.

Então, o psicopedagogo procura observar com um olhar clínico o sentido particular que assume as alterações de aprendizagem do sujeito ou do grupo. Na medicina, ciência de onde se originou o termo clínico, o médico observa o paciente, vê o que se passa, escuta o seu discurso para fazer o diagnóstico e proceder ao tratamento (Bossa, 2011). A expressão “olho clínico”, foi emprestada da medicina, é frequentemente utilizada na psicopedagogia clínica referindo-se à postura do profissional.

No entanto, na instituição escolar esse olhar não é diferente, o psicopedagogo precisa observar as condições para que se desenvolva a aprendizagem do conteúdo escolar, identificando o que é desfavorável e os elementos facilitadores, em um trabalho preventivo, para isso é necessário uma iniciativa de investigação e intervenção. A psicopedagogia tem o seu lugar tanto na clínica quanto na escola, e em ambos o profissional deve considerar especificamente as circunstâncias, isto é, o contexto de vida do sujeito, ou seja, a família, a escola, a comunidade.

Os estudos antropológicos exigem que levemos em conta o contexto de vida mais imediato das crianças e as próprias características específicas dos professores e da escola como instituição. Isso significa reconhecer que as crianças são diferentes e têm especificidades, não só por pertencerem a classes diversas ou por estarem em momentos diversos em termos de desenvolvimento psicológico [...] Também os hábitos, costumes e valores presentes na sua família e na localidade mais próxima interferem na sua percepção de mundo e na sua inserção, e ainda também os hábitos, valores e costumes dos profissionais com que eles convivem no contexto escolar (professores, serventes, supervisores etc.) precisam ser considerados e discutidos (KRAMER, 1983).

Portanto, no desenvolvimento do trabalho do psicopedagogo, é preciso reconhecer e considerar a interferência desses elementos apontados por Kramer, não somente por causas dos problemas, mas também na forma de intervenção do profissional.

Para Fernádes e Paín (2011), o problema de aprendizagem pode ser gerado por causas internas ou externas à estrutura familiar e individual, ainda que sobrepostas. Os problemas ocasionados pelas causas externas são chamados, por essas autoras, de problemas de aprendizagem reativos, aqueles cujas causas são internas à estrutura de personalidades ou familiar do sujeito denominam se inibição ou sintoma, ambos os termos emprestados da psicanálise. Segundo essas autoras, quando se atua nas causas externas, o trabalho é preventivo. Já na intervenção em problemas cujas causas estão ligadas à estrutura individual e familiar da criança, o trabalho é terapêutico. Para resolver o fracasso escolar, quando provem de causas ligadas à estrutura individual e familiar da criança (problema de aprendizagem – sintoma ou inibição), será requerida uma intervenção psicopedagógica especializada. Para Fernádes (1990), procurar a remissão desta problemática, devemos apelar a um tratamento psicopedagógico clínico que busque libertar a inteligência e mobilizar a circulação patológica do conhecimento em seu grupo familiar.

A psicopedagogia institucional se caracteriza pela própria intencionalidade do trabalho. O profissional atua na construção do conhecimento do sujeito, que, neste momento, é a instituição com sua filosofia, valores e ideologia. A demanda da instituição está associada à forma de existir do sujeito institucional, seja ele a família, a escola, uma empresa industrial, um hospital, uma creche, uma organização assistencial. (Bossa, 2011).

Bossa afirma que a escola é indubitavelmente, a principal responsável pelo grande número de crianças encaminhadas ao consultório por problemas de aprendizagem. Assim, é muito importante que a psicopedagogia dê a sua contribuição á escola, seja no sentido de promover a aprendizagem, seja no de tratar de transtornos nesse processo (2011).

Portanto, o trabalho do psicopedagogo é visto e deve ser pensada a partir da instituição escolar, essa qual cumpre grande função social: a de socializar os conhecimentos disponíveis, promover o desenvolvimento cognitivo e a construção de regras e condutas, dentro de um projeto social mais amplo. Considerando que a escola é responsável por grande parte da aprendizagem do ser humano.

Muller *apud* DESSER e POLONIA (2007) afirma que “[...] mediante a aprendizagem, cada indivíduo se incorpora a esse mundo com uma participação ativa, ao se apropriar de conhecimentos e técnicas construindo em seu interior o universo de representações simbólicas”. A escola é então, participante desse processo de aprendizagem que inclui o sujeito no seu mundo sociocultural, a escola é um produto da sociedade em que o sujeito vive e participa da inclusão deste nessa mesma sociedade. Em todos esses fatores, a família exerce uma poderosa influência.

De acordo com Fantuzzo & Tighe & Childs (*apud* DESSER e POLONIA 2007): “Embora um sistema escolar transformador possa reverter esses aspectos que possam ser negativos, faz-se necessário que a escola conte com a colaboração de outros contextos que influenciam significativamente a aprendizagem formal do aluno, incluindo a família” (p.6).

Considerações finais

Cabe à instituição, o estímulo e incentivo cotidiano para o aluno desenvolver atitudes na direção de aprender a aprender e a consciência sobre as diversas formas de aprendizagem: inclusão social para assim serem desenvolvidas as habilidades sociais.

Cabe ao psicopedagogo institucional estar frequentemente atualizado sobre os conhecimentos de necessários para ser realizado um trabalho satisfatório. É responsável pela realização de pé diagnósticos, encaminhamentos e especialistas e assessoria aos alunos que apresentam dificuldades através da intermediação entre os clínicos, o corpo docente e a comunidade. O olhar atento, a escuta e o acolhimento afetivo tanto ao ser que aprende quanto ao ser que ensina, e também com a família. Estratégias diversificadas no atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem, para que façam parte da sociedade, não os excluindo da convivência. Nesse sentido, o profissional da psicopedagogia atua com o objetivo conscientizar os alunos sobre o mundo heterogêneo e diversificado que vivemos. E sensibiliza lós a exercerem atitudes de co-responsabilidade pela construção de um mundo melhor e mais justo, aceitando as diferenças e o potencial individual.

Portanto, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a prática da psicopedagogia considerando as implicações destas habilidades no contexto familiar e sua repercussão no

ambiente escolar. Por isso, esse estudo justifica-se pela oportunidade de ampliar o conhecimento sobre o tema, de maneira a informar professores, gestores, psicopedagogos e pais sobre as necessidades relacionadas à melhoria da aprendizagem e, assim, auxiliá-los no delineamento de práticas pedagógicas e psicopedagógicas.

Bibliografia

ANDION, Mária Tereza Messeder. *Jogo de Areia: intervenção psicopedagógica á luz da teoria piagetiana*. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

BOSSA, Nadia Aparecida. *A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

CASTRO, Maria L. G. O olhar psicopedagógico na instituição educacional: o psicopedagogo como agente de inclusão social. Disponível em: <<http://pepsic.bvsaludpsicoped/v21n65/v21n65a03.pdf>>. Acesso em 10/09/2014.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE Z.A.P. *Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo*. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

DESSEN, M.A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contexto de desenvolvimento humano. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003>. Acessado em 10/09/2014.

DIAS, Juliana Rocha Adelino. *Culturas escolares e adolescentes; Imagem corporal e relações sociais*. 2013. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica de Santos. 2013.

PARENTE, Sonia Maria B.A. *Diagnóstico e intervenção na clínica do desenvolvimento e aprendizagem: pelos caminhos da ilusão e do conhecimento*. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2010.

RUBINSTEIN, Edith. *Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

WEISS, Maria Lucia Lemme. *Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar*. 14 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.